

Assassinato legalizado

Notícias
Opinião e Análise

07-09-2020; País. 17; Ed. n.º 31.084

MARIA SUSANA MEXIA

A FRANÇA aprovou o aborto até aos nove meses de gestação, baseando-se numa eventual angústia da mãe.

A Assembleia Nacional da França, uma das duas câmaras que compõem o Parlamento, aprovou um projecto de lei que introduz o aborto livre durante toda a gravidez, alegando simplesmente, angústia uma mera alusão sintomática existencial.

De 31 de Julho para 1 de Agosto de 2020, dos 577 membros da Assembleia Nacional, apenas 101 deputados participaram do debate. Destes, 60 votaram a favor, 37 contra e os restantes quatro abstiveram-se.

A Assembleia Nacional também votou a favor da procriação medicamente assistida

(PMA), financiada pelo estado para casais de lésbicas e solteiras, da criação de embriões transgénicos, da modificação genética dos embriões humanos para pesquisas terapêuticas e da criação de embriões humanos-animais através da inserção de células-tronco humanas em embriões animais.

A associação pela defesa da vida dos mais frágeis, Alliance VITA, apela aos senadores que “ainda têm o poder de modificar a lei, que estejam à altura do desafio, que mantenham uma ética que garanta a protecção dos mais vulneráveis”. Está marcada para dia 10 de Outubro uma manifestação nacional *Marchons enfants*, em que a Alliance VITA pede às pessoas que demonstrem o apego aos direitos dos mais vulneráveis e a sua oposição a este projecto de lei.

Na madrugada de um de Agosto, em

França, no coração da Europa fez-se, sub-repticiamente sem aviso prévio nem estudo de impacto, uma emenda que é uma ruptura ética total aos princípios fundamentais da ecologia humana, permitindo o aborto até o último dia da gravidez e a manipulação dos seres vivos. O aborto já estava legislado, baseando-se em questões objectivas – um diagnóstico médico que ateste uma doença no feto, ou o facto de a mãe ter concebido na sequência de uma violação, porém agora o critério é completamente subjectivo, muito vago e com recurso a uma terminologia intencionalmente enganadora e perversa. Este projecto de Bioética aguarda parecer do Senado da França para uma segunda leitura, na qual poderá ser emendado novamente, antes de ser submetido a votação por uma comissão mista das duas câmaras no final de 2020. No

entanto, a decisão da Assembleia Nacional será definitiva se não chegarem a um consenso. Bento XVI, em 2009, na sua terceira encíclica *Caritas in Veritate* abordou a ecologia humana “Se o direito à vida e à morte natural não é respeitado, se a concepção, gestação e nascimento do homem se tomam artificiais, se embriões humanos são sacrificados à pesquisa, a consciência comum acaba perdendo o conceito de ecologia humana e, portanto, de ecologia ambiental. É uma contradição pedir às novas gerações respeito pelo meio ambiente natural, quando a educação e as leis não ajudam a respeitar-se.”

Sem mais algum comentário ou juízo de valor, deixo ao critério dos leitores a avaliação deste facto, não podendo deixar de sentir uma imensa e dolorosa perplexidade.